

CORREIO ECONÔMICO

Reprodução site PT



Movimento de passageiros no setor aéreo bate recorde

Setor aéreo bate recorde de passageiros em outubro

Ao registrar recorde de 10,4 milhões de passageiros transportados em outubro último, o setor aéreo registrou alta anual de 7,8% nesse indicador, o que permitiu acumular neste ano um total de 97,5 milhões de passageiros, incluindo os mercados interno e externo. Os voos nacionais registraram 8,3 milhões de passageiros, avanço anual de 6,5%, ao passo que

o transporte aéreo internacional computou 2,1 milhões de passageiros, ou uma elevação anual de 11%.

Para o ministro de Portos e Aeroportos, Silvio Costa Filho, “a alta nos indicadores do transporte aéreo é reflexo da boa gestão do presidente Lula, com alta da economia, inflação controlada e investimentos nunca antes visto na história do país”.

Carga

O segmento de transporte de carga no setor aéreo vem acompanhando a expansão de ritmo apresentado pelo setor de passageiros, ao movimentar 44,2 mil toneladas no mercado doméstico, montante 14,8% superior ao do ano passado, e o maior desde 2015.

‘Braços largos’

Amparadas pelos ‘braços largos’ da União, desde 2020, face ao ‘tombos’ monumental imposto pela pandemia, as aéreas foram beneficiadas com renúncias fiscais que somam R\$ 98 bilhões em impostos e taxas neste ano, ou 6% da arrecadação federal.

Divulgação site Grupo Hid



Contrato enfatiza financiamento de projetos estratégicos

BNDES e CAF firmam linha de crédito de R\$ 2,7 bi

Financiar projetos estratégicos no Brasil, para promover a reindustrialização sustentável, a economia verde, a inclusão financeira e a emissão de títulos temáticos. Estes são os objetivos do primeiro contrato assinado, nessa terça-feira (19), entre o BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e So-

cial), durante a Cúpula de Líderes do G20, e o Banco de Desenvolvimento da América Latina e Caribe (CAF) para abertura de linha de crédito de R\$ 2,7 bilhões.

Os recursos se destinarão ao financiamento para ‘powershoring’, em plantas industriais, para produção de bens manufaturados verdes.

Fonte limpa

O novo empreendimento BNDES-CAF contemplará, ainda, projetos de produção de Hidrogênio Verde (H2V); melhorias da infraestrutura para atrair novas plantas industriais sustentáveis, como investimentos em linhas de transmissão, gasodutos, ferrovias e rodovias.

Carteira verde

A iniciativa do banco de fomento inclui, também, a carteira verde, de projetos de economia verde e social, com ênfase para: eficiência energética, energias renováveis, florestas, agricultura sustentável, infraestrutura, saneamento, educação e desenvolvimento urbano.

Recorde

Aproximando da marca simbólica de US\$ 100 mil, o bitcoin renovou o recorde histórico, nessa quarta-feira (20), sob o impulso da eleição de Donald Trump à presidência dos EUA. Até agora, a criptomoeda acumula, neste ano, uma valorização em torno de 35%.

Aceitação

Ante à alta de 0,40% da icônica criptomoeda, agora cotada a US\$ 93.900,83, o analista da XS.com, Antonio Di Giacomo, avalia que “o novo recorde histórico do Bitcoin reflete um marco em seu preço e uma mudança fundamental em sua aceitação política e econômica”.

Morgan Stanley rebaixa o Brasil para ‘underweight’

Para o megabanco, país tem ‘exposição abaixo da média do mercado’

Guia do Investidor

Por Marcello Sigwalt

‘Fazendo coro’ às recorrentes queixas do mercado à condução da gestão econômica petista, o maior banco do planeta Morgan Stanley anunciou o rebaixamento do Brasil para underweight (exposição abaixo da média do mercado, equivalente à venda) na região da América Latina, sob o argumento de que ‘os elevados riscos fiscais’ do país superam a atratividade de seus papéis.

Na visão do Morgan, governo e mercado de capitais caminham para a beira de um impasse, face ao crescente endividamento público, que pressiona as taxas de juros para cima, o que torna a renda fixa mais atraente, mas, ao mesmo tempo, sufoca o crescimento do mercado acionário.

Em relatório publicado, nesse domingo (17), o banco ianque acentua que “o financiamento do governo está sugando o oxigênio do mercado local de renda variável. Com juros de longo prazo entre 12% e 14% ao ano, os investi-



‘Elevados riscos fiscais’ motivaram rebaixamento do país perante o Morgan Stanley

dores [de renda fixa] duplicarão o seu dinheiro dentro de um intervalo de 6 a 7 anos. As ações locais não conseguem competir com isso”.

Dando o tom da situação alarmante, o banco acentua que “o Brasil permanece em um impasse fiscal que provavelmente necessitará de um

ponto de virada”, acrescentando que “a capacidade de o governo brasileiro convencer os mercados sobre as metas fiscais é chave para manter a confiança de investidores domésticos e internacionais no País”.

Enquanto a magnitude do ajuste é desconhecido, cresceu a expectativa do mercado, nas

últimas semanas, em que pese os seguidos adiamentos do anúncio de cortes de gastos, por parte do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que prometeu fazê-lo após a Cúpula do G20, mas não o fez. O mercado conta que o Executivo faça um corte no montante de R\$ 70 bilhões nos próximos dois anos.

BC: juros sobem por ‘desconfiança’ fiscal

O presidente do Banco Central, Roberto Campos Neto, disse nesta terça, 19, que as projeções do mercado de alta para a inflação e os juros decorrem da desconfiança dos investidores sobre a capacidade do País de equilibrar a dívida pública. “A gente hoje vive uma elevação do prêmio de risco que está muito ligada a uma desconfiança dos agentes (do mercado) de que o governo não vai conseguir, no longo prazo, equilibrar o resul-

tado fiscal do País”, disse ele, em evento da Associação Comercial de São Paulo.

Campos Neto lembrou que, diferentemente de outras nações, que passam pelo mesmo problema de não conseguir gerar superávits primários, o “ponto de partida” da dívida brasileira já era maior. Essa condição e o fato de o Brasil ter uma taxa de juros já elevada, acrescentou, dificultam a estabilização da dívida.

Ao falar sobre a dinâmica e os efeitos da política fiscal, ele observou que, às vezes, uma ação fiscal expansionista, para estimular a economia, pode ter um efeito contrário, justamente pela questão dos prêmios de risco (elevação das expectativas de juros e inflação).

O presidente do BC voltou a rechaçar a ideia de que a política monetária, hoje, esteja sob a chamada “dominância fiscal” – quando a dinâmica

dos gastos públicos torna nulos os efeitos de aumento das taxas de juros.

“Eu não acho que a gente está em dominância fiscal, eu acho que o Brasil tem uma dívida alta, sim; outros países do mundo desenvolvido tiveram dívidas mais altas, passaram pelo mesmo questionamento, se tinha ou não dominância fiscal. Não vejo a dominância fiscal como problema. É difícil trabalhar com suposição”.

CNI firma cooperação com a Tsinghua

Agência de Notícias da Indústria

Aproveitando a visita oficial do presidente da China, Xi Jinping, ao Brasil, a Confederação Nacional da Indústria (CNI) e a universidade pública chinesa Tsinghua assinaram, nesta quarta-feira (20), um memorando de entendimento (MOU) que estabelece bases para cooperação em inovação e tecnologia.

As tratativas para a parceria começaram em junho deste ano, em Pequim, durante uma missão governamental do Brasil à China, acompanhada pela indústria brasileira.

Com o memorando, o objetivo é fortalecer a cooperação internacional entre a CNI, a universidade chinesa e outras instituições públicas e privadas.

A iniciativa também pretende ampliar a colaboração entre as instituições para incentivar programas de mobilidade, formação de especialistas



Cooperação tecnológica é vital para avanço da indústria

e estudantes, além de conectar ecossistemas de tecnologia e inovação.

“O futuro da agenda entre Brasil e China deve ser baseado em pautas como a inovação tecnológica, para impulsionar essa parceria econômica e comercial que já dura 50 anos. Temos o

interesse comum de aprofundar o desenvolvimento acadêmico, tecnológico, de inovação e de negócios para fortalecer a cooperação internacional, e o memorando com a Tsinghua corrobora essa mobilização de esforços”, avalia o presidente da CNI, Ricardo Alban.

A Tsinghua é considerada a melhor universidade na Ásia e a 12ª no cenário global. O presidente do Conselho da instituição, professor Qiu Yong, disse que China e Brasil têm grande potencial de cooperação e interesses comuns amplos, que passam pela economia, tecnologia e desenvolvimento sustentável, e que a parceria vai contribuir para ampliar essa colaboração e promover mais desenvolvimento.

“Esse memorando de entendimento vai possibilitar uma cooperação frutífera para trabalharmos juntos melhorando e aprofundando a relação na área da inovação, para alavancar a economia, a educação, a cultura e a tecnologia dos dois países. Esperamos que esse MOU contribua e seja um catalisador dessa química entre os dois países”, afirmou o professor.

O memorando de entendimento tem vigência de cinco anos, mas é prorrogável.

Especialista avalia impacto dos royalties

Em uma apresentação técnica e aprofundada, o especialista em Direito Regulatório e CEO da Associação Núcleo Universitário de Pesquisas, Estudos e Consultoria (NUPEC), Vinícius Peixoto Gonçalves, conduziu uma palestra sobre o impacto dos royalties e das participações especiais (PE) no desenvolvimento econômico de estados e municípios localizados na Margem Equatorial do Brasil. O evento trouxe à tona

questões críticas sobre a distribuição de recursos da exploração de petróleo e gás.

A apresentação de Gonçalves abordou aspectos fundamentais do regime regulatório brasileiro, como a complexidade do sistema de concessões de ativos de petróleo e gás. “Os recursos minerais, pela nossa Constituição, pertencem a todos os brasileiros, mas sua exploração envolve um pacto federativo delicado entre União,

estados e municípios”, afirmou. Segundo ele, a estrutura atual muitas vezes não reflete a vocação econômica de determinadas regiões, criando disparidades no desenvolvimento local.

Gonçalves também enfatizou a importância de corrigir falhas na aplicação de métricas geográficas e legais que impactam diretamente a arrecadação de royalties e PE. Ele mencionou casos específicos, como a Baía de Guanabara, onde erros de demar-

cação territorial resultaram na subutilização de recursos que poderiam impulsionar a infraestrutura e os serviços públicos locais.

Novas fronteiras e sustentabilidade

Outro ponto central da apresentação foi a exploração de novas fronteiras, como o potencial de Sergipe e a relevância da Margem Equatorial para o futuro do setor energético no Brasil.